

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2519/2020-PGJ, DE 15.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 14.380, de 14 de julho de 2020, que dispõe sobre medidas restritivas às atividades econômicas e sociais, como medida de prevenção e enfrentamento à COVID-19, no âmbito do município de Campo Grande;

CONSIDERANDO a urgente necessidade de adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos do contágio da COVID-19, em razão do aumento substancial do número de casos no Estado de Mato Grosso do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o expediente do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 16 a 31 de julho de 2020, das 13h às 17h.

Art. 2º Permanecem vigentes as disposições constantes na Resolução nº 27/2020-PGJ, de 16.5.2020, que prorrogou o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) e instituiu o Regime de Expediente Excepcional (REE).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2470/2020-PGJ, DE 14.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar na Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2020, os Promotores de Justiça abaixo relacionados:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira				10 a 19.8.2020
Gabriel da Costa Rodrigues Alves				10 a 19.9.2020
Ricardo de Melo Alves				13 a 22.7.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2473/2020-PGJ, DE 14.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido nos períodos de 11.12.2007 a 3.4.2012 e 4.4 a 3.12.2017, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/1990/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2478/2020-PGJ, DE 14.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 4 (quatro) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, por ter atuado no período de 29.12.2016 a 6.1.2017, a serem usufruídos nos dias 27, 28, 29 e 30.7.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2474/2020-PGJ, DE 14.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido nos períodos de 16.11.2009 a 14.10.2010 e 15.10.2015 a 9.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/1983/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2481/2020-PGJ, DE 14.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar as Promotoras de Justiça Jiskia Sandri Trentin e Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, como titular e suplente respectivamente, comporem o Conselho Penitenciário de Mato Grosso do Sul; e revogar as Portarias nº 797/2017-PGJ, de 13.3.2017, que indicou a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho como titular, e nº 1951/2016-PGJ, de 1º.7.2016, que indicou o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger como suplente.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2499/2020-PGJ, DE 15.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Cíveis da referida Comarca, pelo período de um ano, a partir de 18.7.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2500/2020-PGJ, DE 15.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2167/2020-PGJ, de 16.6.2020, que indeferiu à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2504/2020-PGJ, DE 15.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a Resolução nº 14/2019-CPJ, de 2 de dezembro de 2019, que instituiu o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do MPMS,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça Elcio Felix D'Angelo, Assessor Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, nos termos do § 3º do art. 1º do Anexo Único da Resolução nº 14/2019-CPJ.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2505/2020-PGJ, DE 15.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros e Elcio Felix D'Angelo, atualmente agregados ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, para, por indicação deste, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, CETI, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, nos termos do artigo 2º, inciso III, da Resolução nº 20/2011-PGJ, de 22.8.2011; e revogar a Portaria nº 1894/2020-PGJ, de 25.5.2020, na parte que designou os Promotores de Justiça Reynaldo Hilst Mattar, como titular, e André Antônio Camargo Lorenzoni, como suplente.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2506/2020-PGJ, DE 15.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros e Elcio Felix D'Angelo, atualmente agregados ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê Gestor de acompanhamento das atividades necessárias para a implantação do SAJ/MP, na qualidade de titular e suplente, respectivamente; e revogar a Portaria nº 1895/2020-PGJ, de 25.5.2020, na parte que designou os Promotores de Justiça Reynaldo Hilst Mattar, como titular, e André Antônio Camargo Lorenzoni, como suplente.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2507/2020-PGJ, DE 15.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros e Elcio Felix D'Angelo, atualmente agregados ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê Gestor para Administração e Gerência da Implantação, Manutenção e Aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas; e revogar as Portarias nº 1186/2020-PGJ e 1197/2020-PGJ, ambas de 6.4.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2495/2020-PGJ, DE 15.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte membro e servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1336/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Ricardo de Melo Alves, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI; 1.1) Suplente – Diogo Banzer da Motta, Chefe do Departamento do CI; 2) Fiscal Administrativa – Angela Marta Nantes Vieira, Assessora Jurídica; 2.1) Suplente – Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, Técnica II; e revogar a Portaria nº 1996/2020-PGJ, de 2.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2394/2020-PGJ, DE 8.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 16.7.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Luciana Ribeiro Gonçalves Dias, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2488/2020-PGJ, DE 15.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 78/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/1937/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2518/2020-PGJ, DE 15.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 2040/2016-PGJ, de 11.7.2016, na parte que designou a servidora Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para exercer a função de Pregoeira no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2501/2020-PGJ, DE 15.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.849/2020 da Prefeitura de Miranda, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 17.7.2020, em razão das comemorações do aniversário da cidade de Miranda (16.7.2020);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0010/2020, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Miranda no dia 17.7.2020,

R E S O L V E :

Declarar ponto facultativo o dia 17.7.2020, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Miranda, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2309/2020-PGJ, DE 30.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Kiane Cavalcante da Silva Bittencourt, por meio da Portaria nº 852/2020-PGJ, de 5.3.2020, com a redação dada pela Portaria nº 1335/2020-PGJ, de 27.4.2020, que seriam usufruídas no período de 2 a 31.7.2020, a serem usufruídas no período de 27.8 a 25.9.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2310/2020-PGJ, DE 30.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.6.2020, as férias da servidora Priscila Silva Zandoná, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 28 a 30.10.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2458/2020-PGJ, DE 10.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, com a redação dada pela Portaria nº 1332/2020-PGJ, de 27.4.2020, na parte que concedeu férias à servidora Beatriz Almeida Ribeiro, que seriam usufruídas de 10 a 17.7.2020 e de 20 a 29.7.2020, a serem usufruídas de 7 a 24.1.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2460/2020-PGJ, DE 10.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Diego Bueno Ferraz de Moura, por meio da Portaria nº 4170/2019-PGJ, de 8.11.2019, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.7.2020, a serem usufruídas no período de 23.11 a 2.12.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2462/2020-PGJ, DE 10.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Irene Távora de Souza Silva, por meio da Portaria nº 852/2020-PGJ, de 5.3.2020, que seriam usufruídas no período de 8 a 17.7.2020, a serem usufruídas no período de 3 a 12.2.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2455/2020-PGJ, DE 10.7.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2.2 a 31.5.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, o artigo 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com a redação dada pela Lei nº 5.101, de 1º de dezembro de 2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2479/2020-PGJ, DE 14.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Leandro da Silva Andrade, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico-Pericial, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 12.7.2020, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 5.526, de 8 de junho de 2020; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2493/2020-PGJ, DE 15.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E :

Autorizar o servidor Felipe de Lima Figueiredo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na Promotoria de Justiça de Deodápolis, a exercer remotamente suas atribuições, nas dependências das Promotorias de Justiça de Aquidauana, a partir de 20.7.2020, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 2º, § 2º; 4º; 9º, § 5º, IV; 10 e 11, *caput* e § 1º, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2020.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de Processo:****1.Reclamação Disciplinar nº 10.2020.00000042-9 – SIGILOS.**

Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de MS

Advogado: Gustavo Passarelli da Silva – OAB/MS nº 7.602.

Relator Conselheiro João Albino Cardoso Filho.

Deliberação: O Conselho, por unanimidade, adiou o julgamento da reclamação visando intimar o Reclamado para apresentar contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. Recurso em Notícia de Fato n.º 01.2019.00013411-7**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Aquidauana

Requerente: Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul - SINMED/MS

Requerida: Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar

Assunto: Apurar o atraso no pagamento de salários dos médicos contratados pelo Hospital Regional de Aquidauana.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO DE MÉDICOS - PAGAMENTO REALIZADO PELA ENTIDADE MANTENEDORA DO HOSPITAL – IRREGULARIDADE SANADA - CONTRATOS TRABALHISTAS IRREGULARES E ATRASOS SALARIAIS FREQUENTES - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - RECURSO DO REPRESENTANTE - DESPROVIMENTO. Depreende-se dos presentes autos, que o representante suscitou a atuação do órgão ministerial, devido ao atraso de salários dos médicos atuantes no Hospital Regional de Aquidauana. Consoante informações prestadas pela Prefeitura de Aquidauana, embora o hospital esteja sob intervenção do ente municipal, a contratação dos funcionários continua exclusivamente sobre responsabilidade da Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar. Entretanto, visando manter a eficiência dos serviços prestados, houve o pagamento dos salários atrasados, bem como das dívidas referentes ao FGTS e descontos previdenciários dos médicos. Nesse sentido, eventuais irregularidades em contratos de trabalho ou atrasos frequentes nos pagamentos salariais devem ser resolvidas no âmbito da justiça do trabalho, por se tratarem de direitos particulares disponíveis. Ademais, a intervenção hospitalar pela Prefeitura de Aquidauana, ocorreu somente em relação aos bens e serviços ofertados pelo nosocômio. Desse modo, voto pelo desprovisionamento do recurso interposto pelo representante, votando, por consequência, pela homologação do arquivamento da presente notícia de fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovisionamento do recurso interposto e por consequência, pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil n. 06.2017.00002360-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Fé

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda localizada nas

coordenadas geográficas WGS 84: O 56 24 47.118, S 20 58 12.023, em razão da supressão de 2.9989 hectares de vegetação nativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BONITO - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA - NECESSIDADE DE VISTORIA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA - RETORNO DOS AUTOS PARA DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. Não se homologa a promoção de arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar notícia de supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão competente, quando há relatório apresentado por empresa contratada pela parte requerida, acerca da inexistência de dano, fazendo-se necessária a realização de nova vistoria pela Polícia Militar Ambiental, órgão oficial e isento, para demonstração do cumprimento da legislação ambiental.



Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos à Promotoria de origem, para a realização das diligências faltantes nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001354-6

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a eventual existência de monopólio na contratação de serviços funerários de Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - DIREITO DO CONSUMIDOR - AVERIGUAR A EVENTUAL EXISTÊNCIA DE MONOPÓLIO NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS - IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública analisou a documentação constante do presente feito e não identificou indícios de infrações à ordem econômica, nos termos do artigo 36 da Lei 12.529/2011. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001145-0

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de condutas incompatíveis com as funções por parte dos membros do Conselho Tutelar de Mundo Novo, noticiadas no ofício n. 25/SMAS/2019, encaminhado pelo CREAS local, corroborado pelos termos de declarações das conselheiras Maria Silvina de Lima (Atendimento n. 05.2019.00017428-6), Edilaine Morais Peixoto (Atendimento n. 05.2019.00017422-0) e Rosilene Nascimento de Lima Pessoa (Atendimento n. 05.2019.00017425-3).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE MUNDO NOVO - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM AS FUNÇÕES POR PARTE DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MUNDO NOVO - IRREGULARIDADE SANADA – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - PERDA DO OBJETO ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As medidas a serem adotadas para regularizar a situação dos conselheiros tutelares de Mundo Novo, assim o foram. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITO GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001334-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar poluição do Córrego Ritinha pelo derrame de 67 mil litros de etanol.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POLUIÇÃO DO CÓRREGO RITINHA PELO DERRAME DE 67 MIL LITROS DE ETANOL. PRADA ELABORADO. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM RELAÇÃO À INDENIZAÇÃO AMBIENTAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA REGENERAÇÃO AMBIENTAL NO LOCAL DO ACIDENTE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. Analisando os autos, nota-se que, embora tenha sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ para fixação de indenização ambiental, diante da gravidade e da repercussão dos fatos investigados no presente procedimento, a mera apresentação do PRADA é insuficiente para demonstrar se houve, de fato, a regeneração do solo e da vegetação às margens do córrego Ritinha, conforme Notificação de fl. 30. Dessa forma, necessário, e prudente, que a Polícia Militar Ambiental seja oficiada para vistoriar o local do acidente. Caso constatada a necessidade de adoção de medidas para recuperação da área degradada, deverão ser adotadas as providências para complementar o Termo de Ajustamento de Conduta já firmado, com a finalidade de prever a reparação do dano ambiental, nos termos do Enunciado 10, do Conselho Superior do Ministério Público. Por essas razões, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento e baixa dos autos à Promotoria de Justiça para adoção das providências cabíveis.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

**7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000057-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na propriedade rural localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 31 53.483 S 20 45 36.611, consistente no desmatamento de 31,112 hectares de vegetação nativa e, ainda, 19,5551 hectares em área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA PROPRIEDADE RURAL LOCALIZADA NAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS WGS 84: O 56 31 53.483 S 20 45 36.611, CONSISTENTE NO DESMATAMENTO DE 31,112 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA E, AINDA, 19,5551 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - LITISPENDÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a Promotoria de Justiça de origem promoveu o arquivamento dos autos sob a justificativa de que o objeto deste procedimento é idêntico ao do Inquérito Civil nº 06.2020.00000056-3, que está em fase mais avançada de investigação; 2. Embora tenha se constatado a duplicidade de procedimentos, com o mesmo objeto e identidade de partes, configurando-se o instituto análogo ao da litispendência, verifica-se que este inquérito civil foi instaurado em data anterior a do Inquérito Civil nº 06.2020.00000056-3; 3. De acordo com a regra processual prevalecente, nos casos em que há duplicidade de procedimentos, o mais antigo deve permanecer em trâmite, enquanto o mais recente será arquivado; 4. Portanto, tendo em vista que o Inquérito Civil nº 06.2019.00001255-9 é o mais recente, de rigor o seu arquivamento, trasladando-se os seus elementos probatórios para o presente procedimento, por ser o mais antigo. 5. Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça para, sem prejuízo de outras diligências que entender necessárias, promover o arquivamento do Inquérito Civil nº 06.2020.00000056-3, que foi instaurado em 15.1.2020, trasladando-se peças para o Inquérito Civil nº 06.2019.00000057-4, instaurado em 28.1.2019, sendo que nestes autos devem seguir as apurações, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003299-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dumas Torraca Sobrinho

Assunto: Apurar possível desmatamento de 3,94ha, ocorrido na Fazenda Menarka, inscrita no CARMS sob o n. 18.970, localizada em Bandeirantes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DESMATAMENTO DE 3,97HA, OCORRIDO NA FAZENDA MENARKA, INSCRITA NO CARMS SOB O N. 18.970, LOCALIZADA EM BANDEIRANTES/MS – NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Ocorre que mostra-se prematuro o arquivamento deste procedimento sob a justificativa de que "a única irregularidade encontrada foi o desmate sem a prévia autorização da autoridade administrativa ambiental, já que a propriedade detém o mínimo legal de APP e de Reserva Legal", bem como que não houve dano ambiental no local; 2. Necessária a realização de nova vistoria na Fazenda Menarka, pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX), a fim de que esclareça a divergência entre o que foi apontado no Relatório de Vistoria do Núcleo de Geotecnologias do Ministério Público Estadual (NUGEO) e o que apontou o Parecer Técnico particular, elaborado por engenheiro ambiental, no que se refere à situação ambiental das nascentes ou olho d'água, se há dano e necessidade de reparação; 3. Ressalta-se que conforme estabelece o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos em que houver dano ambiental é imprescindível a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta a fim de saná-lo, não sendo suficiente apenas a apresentação de CAR e de PRADA para subsidiar a promoção de arquivamento; 4. Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para, sem prejuízo de outras diligências que entender necessárias o Promotor de Justiça, que se oficie ao Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX) e ao Núcleo de Geotecnologias do Ministério Público Estadual (NUGEO) requisitando a realização de vistoria na Fazenda Menarka a fim de que esclareçam as divergências entre o que foi apontado no Relatório de Vistoria do Núcleo de Geotecnologias do Ministério Público Estadual (NUGEO) e o Parecer Técnico particular, elaborado por engenheiro ambiental, notadamente no que se refere à situação ambiental das nascentes ou olho d'água, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 15 de julho de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 ENTRE O MPMS E O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SEJUSP

Processo: PGJ/10/0666/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Governador do Estado, **Reinaldo Azambuja Silva**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**, representada pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, **Antonio Carlos Videira**;

Amparo legal: Decreto Estadual nº 11.261/2003 e Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Estabelecer auxílio material e humano entre as partes, quando da realização da ação integrada e cooperação técnica entre os convenientes, mediante solicitação de apoio operacional pelo MPMS à SEJUSP, por meio da cedência de servidores civis e militares, a ser realizada em ações de cooperação e compartilhamento operacional, apoio nas áreas de inteligência, perícia, investigação, diligências policiais, prevenção e repressão ao crime organizado e cumprimento de ordem judicial.

Vigência do Convênio: 29.04.2020 a 29.04.2022.

Data da assinatura: 29 de abril de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/PGJ/2020 - SRP

Processo: PGJ/10/0330/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RENAN DE FREITAS DE OLIVEIRA 05214035101**, representada por **Renan de Freitas de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2020 - SRP.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante, café), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa, contendo 1kg. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: União, Alto Alegre, Único, Doçura, Neve, Guarani e Guacira. Marca: Guarani	Embalagem	12.000	2,45

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho de 2020.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/PGJ/2020 - SRP

Processo: PGJ/10/3707/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público** representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **NEIDE CARDOSO E CIA LTDA.**, representada por **Neide Cardoso**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – SRP.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender este Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Capital e Interior), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE PREVISTA	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
3.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Bandeirantes, São Gabriel, Rio Verde, Coxim, Pedro Gomes, Sonora ou Rio Negro, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	40	100,00
3.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Finesse.	Metro quadrado	100	209,00
4.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Batayporã ou Anaurilândia, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	150	88,00
4.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Finesse Decor.	Metro quadrado	400	177,00
6.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Dourados, Itaporã ou Ponta Porã, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	100	107,00
6.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Finesse Decor.	Metro quadrado	250	216,00
8.1	Instalação de persiana, conforme dimensões e local indicados no pedido. Instalada em parede ou forro: incluso ferragens e demais materiais para fixação. Local: Prédios do MPMS em Sidrolândia, Maracaju, Nioaque, Jardim, Bonito, Bela Vista ou Porto Murtinho, conforme endereço a ser informado no ato do pedido.	Unidade	100	100,00
8.2	Persiana, conforme especificações técnicas: Referência de modelo: horizontal, PVC 50mm, espessura de 0,061 micras. Referência de cor: Prata. Bastão giratório para controle das lâminas. Marca: Finesse.	Metro quadrado	250	228,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de julho de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 009/2020/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000891-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Concessionária Águas Guariroba

Assunto: Apurar o vazamento de esgoto na rua Graciano Vargem Alegre esquina com avenida Orlando Darós no bairro Maria Aparecida Pedrossian.

Campo Grande, 13 de julho de 2020.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

CORUMBÁ**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº MP: 09.2020.00002249-0****RECOMENDAÇÃO Nº 04/2020-5ºPJ**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Corumbá/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da atividade fiscalizatória levada a efeito no Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002249-0, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre eles a defesa do patrimônio público (art. 129, incisos II e III, da CF);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil também declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro da Saúde, nos termos do Decreto 7.616/2011;



CONSIDERANDO que em resposta à grave situação epidemiológica instalada no país, a propósito da declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, e da declaração pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 188, publicada em 03 de fevereiro de 2020, de estado de Emergência de Saúde Pública de importância Nacional, valendo da competência legislativa privativa para editar normas gerais de licitação e contratos, a União editou a Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, estabelecendo hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação, a qual, por tratar-se de norma geral de licitação, é aplicável a todos os entes federados;

CONSIDERANDO que no “caput” e § 1º de seu art. 4º, já com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926/2020, a Lei Federal nº 13.979/2020 estabelece hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que o § 2º de seu art. 4º, a Lei Federal nº 13.979/2020 dispõe que *"Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição"*.

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 3º, da Lei Federal nº 12.527/2011 estabelece dentre os seguintes requisitos a serem disponibilizados em sítio eletrônico o de *"I- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;"*

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário apresenta nível insatisfatório de cumprimento da Lei 13.979/2020 e recomendações da Rede de Controle/MS;

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário não veicula de forma satisfatória no Portal da Transparência do Município os dados de data de realização de certame, propostas de preços apresentadas por vencedores e perdedores, atas das sessões realizadas e termos ou atos de adjudicação e homologação;

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário não veicula de forma satisfatória no Portal da Transparência do Município os dados dos editais relacionados a COVID referentes a objeto, valor, modalidade de licitação, repartição/setor interessado, data da publicação, existência de um espaço separado de divulgação de procedimentos de procedimentos de contratação de bens e serviços por dispensa e inexigibilidade voltados ao combate à pandemia do COVID-19;

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário não veicula de forma satisfatória no Portal da Transparência do Município os dados de publicações de contratações por dispensa e inexigibilidade voltadas ao combate à pandemia do COVID-19 referentes a data da publicação no diário oficial, número da dispensa/inexigibilidade/contratação, valor, objeto, justificativas para a contratação e projeto básico/termo de referência;

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário não veicula de forma satisfatória no Portal da Transparência do Município os dados dos contratos destinados às contratações do COVID-19 referentes a unidade gestora, nome do contratado, CPF/CNPJ do contratado, data de publicação, vigência, valor contratado, objeto, número do contrato e anexos;

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário não veicula de forma satisfatória no Portal da Transparência do Município os dados das notas de empenho relacionada ao COVID-19 referentes a CPF/CNPJ do favorecido e indicação da licitação;

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário não veicula de forma satisfatória no Portal da Transparência do Município os dados dos documentos de pagamento relacionada ao COVID-19 referentes ao número da Ordem de



Pagamento/Cheque/Transferência Bancária e da quantidade de produtos;

CONSIDERANDO a informação fornecida pela Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso do Sul noticiando que o Município de Ladário no Portal da Transparência do Município consta campos em separado para o preenchimento de dados, porém estes estão incompletos porque somente disponibilizam informações sobre empenho e pagamento;

CONSIDERANDO que a administração pública, através da Autotutela, pode corrigir eventuais falhas ou vícios nos atos administrativos *sponte sua*, evitando a necessidade de posterior ajuizamento de ação perante o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa converte-se em dolosa quando o agente público tido, inicialmente, por inábil ou omissor, reitera conscientemente práticas que violam os princípios da Administração Pública, mesmo corretamente alertado e orientado a respeito (teoria da cegueira deliberada);

CONSIDERANDO que os atos de improbidade administrativa importam na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas na Lei 8.429/92, sem prejuízo da ação penal (art. 37, § 4º, CF);

CONSIDERANDO que o artigo 5º da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007, dispõe que "*a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social.*"

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que "*o Ministério Público, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover*".

RECOMENDA ao PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, em cumprimento à norma do § 2º do artigo 4º da Lei nº 13.979/2020, a imediata adoção das seguintes medidas:

1 - promova diariamente a inserção de dados e de documentos no Portal da Transparência do Município de Ladário, em campo específico destinado às informações sobre os atos referentes às medidas de enfrentamento da Pandemia do COVID-19, de editais de procedimentos licitatórios, de publicações de contratações por dispensa/inexigibilidade, de contratos, de notas de empenho e de ordens de pagamento, notadamente os seguintes itens:

A) Editais relacionados a COVID: informações sobre objeto, valor, modalidade de licitação, repartição/setor interessado e data da publicação;

B) Publicações de contratações por dispensa e inexigibilidade voltadas ao combate à pandemia do COVID-19: informações sobre data da publicação no diário oficial, número da dispensa/inexigibilidade/contratação, valor, objeto, justificativas para a contratação e projeto básico/termo de referência;

C) Contratos destinados às contratações do COVID-19: informações sobre unidade gestora, nome do contratado, CPF/CNPJ do contratado, data de publicação, vigência, valor contratado, objeto, número do contrato e anexos;

D) Notas de empenho relacionada ao COVID-19: CPF/CNPJ do favorecido e indicação da licitação;

E) Documentos de pagamento relacionada ao COVID-19: número da Ordem de Pagamento/Cheque/Transferência Bancária e da quantidade de produtos.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias para a comunicação a esta Promotoria de Justiça do acatamento ou não da Recomendação.

Em caso de não atendimento desta Recomendação, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul alerta que poderá adotar as medidas judiciais cabíveis.



Remeta-se cópia à Advocacia-Geral do Município de Ladário, bem como à Procuradoria-Geral de Justiça para conhecimento e publicação no DOMP e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, na forma da Resolução Normativa nº 015/2007-PGJ.

Com a resposta do Município, ou vencido o prazo, certifique-se e tornem os autos imediatamente conclusos.

Corumbá/MS, terça-feira, 14 de julho de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

PORTARIA N.º 0001/2020/50ZE/CBA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n. 09.2020.00002301-2

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020, no Município de Ladário.

Para secretariar os trabalhos, designo o Técnico do Ministério Público Estadual lotado nesta Promotoria de Justiça, Renan da Silva Ovando, a quem DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se aos autos cópia integral da Notícia de Fato n. 01.2020.00002764-1, que veiculou Recomendação Eleitoral Conjunta emitida pelas Promotorias Eleitorais oficianes perante a 7ª e à 50ª Zonas Eleitorais, que trata sobre condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral, certificando e encerrando aquele feito;
4. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.



4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Corumbá/MS, 13 de julho de 2020

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor Eleitoral

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PA 09.2020.00002304-5

PORTARIA N. 01/2020/PJE

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Corumbá, 13 de julho de 2020.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor Eleitoral/7ª ZE



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0045/2020/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00000705-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luiz Faria de Araújo

Assunto: “Apurar desmatamento de 89,08 hectares em Áreas de Tensão Ecológica ou Contatos Florísticos e Vegetação Ciliar Aluvial, na Fazenda Paraíso, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 285/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Bonito – MS, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0044/2020/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00000583-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Orivaldo Cristianini, Sebastião Osmyr Fonseca de Assis.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 133,31 hectares de vegetação nativa, sendo 22,86 ha integrante de Mata Atlântica (art. 2º da Lei Federal 11.428/06), na Fazenda Santa Marta e Fazenda Jatobá, Santa Marta e Cedro, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 243/19/NUGEO”.

Bonito – MS, 29 de abril de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0024/2020/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00000056-3

Requerente: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito - MS

Requerido: Luiz Henrique Pigozzi Caldeira, Marcia Cristina Caldeira de Almeida, Alberto Agudo de Almeida, Marcelo Marques Caldeira, Vera Farias de Souza

Assunto: Apurar a supressão vegetal de 51,2 há detectada pelo NUGEO-Bonito, localizada na fazenda Mineira, no município de Bonito/MS. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito. Parecer nº 117/19/CEIPPAM

Bonito – MS, 06 de maio de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça



COXIM

PORTARIA N. 0002/2020/12 ZE/CXM/PJE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n. 09.2020.00002308-9

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no exercício das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexa, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Coxim, 13 de julho de 2020

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA
Promotor Eleitoral

**EDITAL N: 0002/2020/12 ZE/CXM**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL– 12ª Zona Eleitoral, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, CEP 79.400-000, em Coxim/MS, telefone (67) 3291-1483, bem como para consulta digital no sítio eletrônico www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002308-9

Requerente: Ministério Público Eleitoral

Assunto:Acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

Coxim/MS, 14 de julho de 2020

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA

Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00002308-9**RECOMENDAÇÃO N. 0002/2020/12 ZE/CXM/PJE**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:



“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal de Coxim, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Coxim, aos Srs. Secretários Municipais de Coxim e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15 de agosto de 2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens



instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 01 janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 – cinco mil e trezentos reais – a R\$ 106.000,00, - cento e seis mil reais –, aproximadamente) e que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique desta Recomendação o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município, para que este último comunique os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Publique-se no DOMP.

Coxim, 14 de julho de 2020

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA
Promotor Eleitoral

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº. 05/2020

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001112-7 no Inquérito Civil Público n. 06.2019.00001112-7, que poderão ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil Público n. 06.2019.00001112-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: “Apurar eventual ato de improbidade administrativa ocorrido na Delegacia de Polícia Civil de Fátima do Sul”.

Fátima do Sul-MS, 24 de junho de 2020.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL
Promotor de Justiça Designado



IVINHEMA

EDITAL N.: 001/2020/027PJE/IVH

O Promotor da 27ª Promotoria de Justiça Eleitoral de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2020.00002296-8, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, n. 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00002296-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020 na 27ª Zona Eleitoral (Municípios de Ivinhema, Angélica e Novo Horizonte do Sul).

Ivinhema/MS, 14 de julho de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0001/2020/27 ZE/IVH

Autos Procedimento Administrativo

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00002296-8

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15-agosto-2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de



agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15-agosto-2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;



3) Que, até 14-agosto-2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 01 janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique desta Recomendação o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município dos municípios que compõem a presente Zona Eleitoral (Angélica, Ivinhema e Novo Horizonte do Sul), para que estes últimos comuniquem os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelos respectivos Municípios.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Ivinhema/MS, 13/07/2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor Eleitoral

MARACAJU

PORTARIA Nº: 09.2020.00002294-6

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, caput, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;



RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Maracaju/MS, 13 de julho de 2020.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor Eleitoral

NUMERAÇÃO SAJ MP:09.2020.00002294-6

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2020/16 ZE/MCJ

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa - de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.- TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três)



últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos financeiros ou humanos públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições como os aqui indicados e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15-agosto-2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;



3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 01 janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique desta Recomendação o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município, para que este último comunique os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MPE.

Maracaju/MS, 13 de julho de 2020.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor Eleitoral

MIRANDA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2020.00002326-7

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça Eleitoral da 15ª Zona, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inc. IX, da Constituição Federal, ante as disposições contidas na Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e, ainda,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral exerce suas funções perante os órgãos da Justiça Eleitoral, incumbindo-lhe atuar nas causas de sua competência, velar pela fiel observância da legislação eleitoral e partidária e promover a ação penal nos casos de crimes eleitorais;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral tem atribuição constitucional de reprimir qualquer ato tendente a influenciar negativamente ou afetar a lisura e igualdade da disputa eleitoral;

CONSIDERANDO que as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC n.º 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar



Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2020.00002326-7 para apuração dos fatos e adoção das medidas cabíveis, tendo por:

OBJETO: Fiscalizar e acompanhar o processo eleitoral do Município de Bodoquena para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral

REQUERIDO: A apurar

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor Patrícia da Silva Pereira, Técnico I do Ministério Público Estadual, a quem determino a adoção das seguintes providências:

- 1- Registre-se e autue-se o competente procedimento administrativo;
- 2- Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural (é facultativo);
- 3- Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
- 4- Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Às providências. Cumpra-se.

Miranda-MS, 14 de julho de 2020.

CINTHIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça Eleitoral

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00002326-7

RECOMENDAÇÃO

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”



CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;



CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15 de agosto de 2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 1º janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique desta Recomendação o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município, para que este último comunique os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Miranda, 14 de julho de 2020.

CINTHIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça eleitoral

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2020.00002324-5****PORTARIA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça Eleitoral da 15ª Zona, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inc. IX, da Constituição Federal, ante as disposições contidas na Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e, ainda,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral exerce suas funções perante os órgãos da Justiça Eleitoral, incumbindo-lhe atuar nas causas de sua competência, velar pela fiel observância da legislação eleitoral e partidária e promover a ação penal nos casos de crimes eleitorais;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral tem atribuição constitucional de reprimir qualquer ato tendente a influenciar negativamente ou afetar a lisura e igualdade da disputa eleitoral;

CONSIDERANDO que as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC n.º 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE n.º 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2020.00002324-5 para apuração dos fatos e adoção das medidas cabíveis, tendo por:

OBJETO: Fiscalizar e acompanhar o processo eleitoral do Município de Miranda para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral

REQUERIDO: A apurar

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor Patrícia da Silva Pereira, Técnico I do Ministério Público Estadual, a quem determino a adoção das seguintes providências:

- 1- Registre-se e autue-se o competente procedimento administrativo;
- 2- Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural (é facultativo);
- 3- Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
- 4- Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Às providências. Cumpra-se.

Miranda-MS, 14 de julho de 2020.

CINTHIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça Eleitoral

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00002324-5****RECOMENDAÇÃO**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas,



serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15 de agosto de 2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 1º janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique desta Recomendação o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município, para que este último comunique os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias,



fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Miranda, 14 de julho de 2020.

CINTHIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça eleitoral

MUNDO NOVO

RECOMENDAÇÃO N. 0004/2020/01PJ/MUV¹

Ref. Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001394-7

OBJETO: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VISANDO SANAR IRREGULARIDADES EM FARMÁCIAS QUE ESTARIAM ADOTANDO A PRÁTICA ABUSIVA "VENDA CASADA" NO QUE TANGE A MEDICAMENTOS RELATIVOS A POSSÍVEL TRATAMENTO PROFILÁTICO DA COVID-19

Srs. Representantes Legais das Farmácias Globo e Farmavida, de Mundo Novo-MS:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.^a Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, por esta Promotora de Justiça subscritora, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo as que lhe são conferidas pelos arts. 127, *caput* e art. 129, inciso II, ambos da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, c.c. artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); e artigo 23, § 1.º, da Resolução PGJ n. 015/2007²:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1.º da Lei n. 8.625/93 e art. 1.º da LC n. 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei n.º 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC n.º 72/94);

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público, consoante reza nossa Carta Republicana, no art. 129, II, é "*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia*";

CONSIDERANDO que "*em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito*"³;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO "*é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam*"⁴;

1 Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), "em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil".

2 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

3 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

4 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.



CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus– Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil também declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro da Saúde, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020 e do Decreto Estadual nº 15.396 de 19 de março de 2020, dando cumprimento ao disposto na Lei 13.979/2020, ao disposto na Portaria MS 356/2020 e ao Decreto Federal 10.282/2020, declarou situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus, bem como estabeleceu medidas preventivas para a contenção e transmissão do Coronavírus-Covid 19, e enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional, no território do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive medidas de quarentena;

CONSIDERANDO que, neste município de Mundo Novo-MS, já foram confirmados vários casos de pessoas infectadas pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece no art. 5º, inciso XXXII, que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, tendo determinado, no art. 48, do Ato das Disposições Transitórias (ADCT), a elaboração do Código de Defesa do Consumidor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da promulgação da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 170, inciso V, igualmente estabelece, no capítulo dos princípios gerais da atividade econômica, que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre eles a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº. 8.078/90, que instituiu o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, estabeleceu as normas de ordem pública e interesse social em atenção ao supracitado dispositivo constitucional;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, por intermédio das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, auxiliar na execução da Política Nacional das Relações de Consumo, conforme disposto no artigo 5º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 4º, estabelece a Política Nacional das Relações de Consumo, tendo por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos princípios como o do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, ação governamental no sentido de efetivamente proteger o consumidor e harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público tomar as medidas necessárias para garantir a efetiva tutela dos direitos coletivos (sentido amplo) com a regular adoção das chamadas técnicas extraprocessuais de tutela coletiva e, sendo necessário, a dedução de pretensão em juízo;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seus artigos 39, incisos V e X e 51, IV, veda ao fornecedor elevar o preço de produtos ou serviços sem justa causa, bem como a celebração de cláusulas que estabeleçam obrigações que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública que assola todo o Brasil, em razão da propagação do vírus COVID-19, e a necessidade da adoção de medidas para assegurar o cumprimento das normas relativas ao consumidor, a



fim de coibir práticas abusivas nas relações de consumo;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.529/2011, que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, em seu artigo 36 dispõe que “constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: - aumentar arbitrariamente os lucros”, sendo tal conduta inclusive tipificada como crime pela Lei nº 1.521/1951, em seu artigo 3º, inciso VI;

CONSIDERANDO que foi instaurado o procedimento administrativo n. 09.2020.00001394-7, nesta 1.ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, que visa fiscalizar e acompanhar situações envolvendo consumidores, nesta Comarca de Mundo Novo-MS, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), com o escopo, sobretudo, de coibir práticas abusivas;

CONSIDERANDO que, no bojo deste procedimento, após tomar conhecimento de que, em Mundo Novo-MS, remédios como Ivermectina (ou similar) e outros relacionados a possível tratamento profilático quanto ao novo coronavírus estariam sendo vendidos por preço superior ao de mercado ou, ainda, mediante "venda casada", determinou-se a realização de constatação junto às principais farmácias de Mundo Novo-MS, a fim de averiguar se as informações procediam;

CONSIDERANDO que, realizada a constatação pela Técnica desta Promotoria de Justiça, constatou-se que duas farmácias de Mundo Novo-MS, Globo e Farmavida, somente fazem a venda do medicamento Ivermectina em “Kit”, composto por outras vitaminas, custando entre R\$ 88,00 e R\$ 120,00 (p. 30);

CONSIDERANDO que tal prática configura a denominada “venda casada”, prática considerada abusiva, segundo dispõe o art. 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor: *Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;*

CONSIDERANDO que, quanto à tal prática abusiva, professora Leonardo de Medeiros Garcia, que “o fornecedor não pode vincular seu produto ou serviço a outro. É o que comumente chamamos de 'venda casada' ou 'operação casada'.”; prossegue o doutrinador, dizendo que, na visão do STJ, a excludente “justa causa”, prevista na parte final do inciso I do art. 39, “somente pode ser utilizada na segunda hipótese do inciso (limites quantitativos); ou seja, não há justa causa para permitir venda casada”; (GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do Consumidor, 2013, p. 230);

CONSIDERANDO que um dos três pilares que orientam o direito civil moderno é o da boa-fé objetiva, a qual resta claramente atacada em situações como a presente, em que o consumidor tem sua liberdade de escolha vulnerada;

CONSIDERANDO que, conforme já decidiu o STJ, “ (...) Uma das formas de violação da boa-fé objetiva é a venda casada (tying arrangement), que consiste no prejuízo à liberdade de escolha do consumidor decorrente do condicionamento, subordinação e vinculação da aquisição de um produto ou serviço (principal - "tying") à concomitante aquisição de outro (secundário - "tied"), quando o propósito do consumidor é, unicamente, o de obter o produto ou serviço principal. A venda casada “às avessas”, indireta ou dissimulada consiste em se admitir uma conduta de consumo intimamente relacionada a um produto ou serviço, mas cujo exercício é restringido à única opção oferecida pelo próprio fornecedor, limitando, assim, a liberdade de escolha do consumidor. Precedentes.” (REsp 1737428/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 15/03/2019)

CONSIDERANDO que o prosseguimento da conduta que caracteriza "venda casada" pode dar lume à adoção de medidas judiciais pelo *Parquet*, inclusive a propositura de ação coletiva, com obrigações de não fazer, de fazer e reparação de danos, inclusive dano moral coletivo e dano social;

CONSIDERANDO, ao cabo, que a omissão na adoção de providência em situação de calamidade pública pode resultar em responsabilidade administrativa, civil e criminal a quem lhe der causa;

Resolve RECOMENDAR aos Representantes Legais das Farmácias Globo e Farmavida, de Mundo Novo-MS, a partir do recebimento desta, abstenha-se de realizar a "venda casada" de medicamentos, inclusive e sobretudo, de



farmacos relacionados a possível tratamento contra a Covid-19 (como Ivermectina e similares), respeitando o direito de escolha dos consumidores, livre de imposições de qualquer ordem; bem como, ainda, ofereça aos consumidores que já compraram o “kit” (que englobaria o medicamento Ivermectina e vitaminas), caso os medicamentos ainda não tenham sido utilizados, a opção de reembolso integral do valor pago ou do valor correspondente às “vitaminas” extras, caso o cliente opte por ficar com o medicamento.

Espera o Ministério Público De Mato Grosso Do Sul o atendimento desta recomendação, informando que a presente dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas cabíveis.

Cientifique os representantes legais de tais estabelecimentos comerciais para que informem, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 10 (dez) dias, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente Recomendação:

I. Ao Diretor do PROCON de Mundo Novo-MS, para que orientem os consumidores e realize fiscalização em todas as farmácias do Município, inclusive nas destinatárias desta recomendação, a fim de coibir a prática abusiva denominada “venda casada”, requisitando que, no prazo de dez dias úteis, apresente informações ao Ministério Público acerca de eventuais medidas adotadas;

II. Ao Prefeito Municipal de Mundo Novo-MS;

III. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP;

IV. À Coordenadora de Força-Tarefa de enfrentamento da COVID-19 do MPMS.

Mundo Novo, 14 de julho de 2020.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

NOVA ALVORADA DO SUL

EDITAL Nº 0009/2020/PJ/NAAD

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Procedimento Preparatório abaixo relacionado:

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000859-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual contratação, por parte do Município de Nova Alvorada do Sul, de médico com formação em instituição estrangeira, com exame de revalidação cancelado ou suspenso.

Nova Alvorada do Sul/MS, 13 de julho de 2020.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL
Promotor de Justiça

**RIO BRILHANTE****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00002293-5**

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Rio Brilhante/MS

Município de Nova Alvorada do Sul/MS

Assunto: Conduta Vedada ao Agente Público

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Vistos, etc.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no exercício de designação para atuar perante a 11ª Zona Eleitoral (*Rio Brilhante/MS e Nova Alvorada do Sul/MS*), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 129, inciso III da Constituição Federal, pelo artigo 8º, §1º da Lei 7347 de 1985, com fulcro na Lei Federal nº 8.625/93, Lei Orgânica do Ministério Público e Lei Complementar Estadual nº 72/94, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Resolução do CNMP nº 23/2007, Resolução PGJ/MS nº 15/2007 e Portaria PGE nº 01/2019, a fim de acompanhar e fiscalizar o Poder Executivo dos Municípios de Rio Brilhante/MS e Nova Alvorada do Sul/MS nas ações tangentes à (i) legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando colher informações e outras diligências oportunas ao deslinde do feito.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme artigo 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i) legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;

Assim, uma vez registrado o presente procedimento administrativo no Sistema de Automação do Ministério Público Estadual (SAJ/MP), determino que sejam tomadas as seguintes providências:

1. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
2. Juntem-se as Recomendações que seguem anexo, promovendo-se as devidas notificações do Prefeito Municipal de Rio Brilhante/MS (*Recomendação nº 01/2020/PJRBH-11ZE*) e do Prefeito Municipal e Nova Alvorada do Sul/MS (*Recomendação nº 02/2020/PJRBH-11ZE*);
3. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Rio Brilhante/MS, 13 de julho de 2020.

JORGE FERREIRA NETO JÚNIOR
Promotor Eleitoral



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0008/2020/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00000744-5, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000744-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sigiloso

Assunto: Sigiloso

Batayporã, 14/07/2020.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

PORTO MURTINHO

PORTARIA Nº 0001/2020/20 ZE/PTM

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2020.00002303-4.

NOTICIANTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

INTERESSADO: Agentes públicos em campanha eleitoral

OBJETO: Acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020..

PORTARIA Nº 0001/2020/20 ZE/PTM,

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio da Promotora Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;



RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Porto Murtinho/MS, 13 de julho de 2020.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça Eleitoral

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00002303-4.

NOTICIANTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

INTERESSADO: Agentes Públicos em campanha eleitoral.

OBJETO: Acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2020/20 ZE/PTM.

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio da Promotora Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15-agosto-2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:



“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,



RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15-agosto-2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14-agosto-2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 01 janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique desta Recomendação o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município, para que este último comunique os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Porto Murtinho/MS, 13 de julho de 2020.

LIA PAIM LIMA
Promotora Eleitoral